



Acaba boa imagem do presidente na Europa

**REALE JÚNIOR
NOSSO CORRESPONDENTE**

PARIS — O presidente José Sarney está reconquistando no Exterior a sua imagem inicial, altamente negativa, quando os órgãos de imprensa internacionais o apresentavam como um homem comprometido com o passado e sem condições para assumir a chefia da Nação. Esse tipo de imagem prevalecia no momento de sua posse, quando se soube da impossibilidade de o presidente Tancredo Neves assumir o poder. Mas, seu comportamento durante a fase de agonia e morte do presidente designado pelo Congresso e as primeiras medidas políticas e econômicas adotadas transformaram rapidamente essa imagem não só no plano interno, mas também no externo. Alguns jornais europeus chegaram a ver em José Sarney certas qualidades de estadista que não identificavam mesmo no "presidente herói" desaparecido, Tancredo Neves. Essa análise positiva perdurou até a vitória eleitoral do PMDB, em novembro último, quando o nome de José Sarney foi utilizado como ponto de apoio pelos governadores eleitos. Os que não tiveram seu

apoio acabaram derrotados, caso do governador Leonel Brizola, cujo candidato foi vencido por ter contestado o Plano Cruzado.

Hoje, após os últimos acontecimentos, volta a prevelecer a imagem depreciativa inicial que não só atinge o chefe de Estado, o conjunto de seu governo, mas toda a classe política. Para a imprensa européia, a "jovem democracia" brasileira está sendo envolvida pelo marasmo econômico e pelo descrédito junto à opinião pública. Ontem ainda, o matutino *Le Figaro* afirmava que a Nova República "parece paralisada para enfrentar sua mais grave crise, um país entregue à inflação, às greves e a uma contestação crescente em relação à classe política desmoralizada".

O mesmo artigo cita que o símbolo do bloqueio do poder foi o recente e espetacular recuo do chefe de Estado às pressões vitoriosas do PMDB contra o desejo presidencial de nomear o substituto do ministro Dilson Funaro. Sem nenhum apoio popular, o presidente José Sarney está governando de "mãos atadas", obrigado a compor com o PMDB para avançar

alguns passos. Nesse país, a solidariedade governamental é constantemente esquecida como atestam as recentes críticas do ministro das Minas e Energia, ex-vice-presidente da República do regime anterior, Aureliano Chaves. Cita-se também as afirmações de Dilson Funaro, ao deixar o cargo, quando denunciou a "impunidade contagiosa, desmoralizante, quase natural no País". No Brasil, um ministro da Fazenda leva quase dez meses para afastar um funcionário subalterno acusado de corrupção ativa. Para confirmar o aspecto folclórico que acompanha sempre as notícias vindas do Brasil, o articulista revela aos leitores do *Figaro* que a contestação alcança até os campos de futebol, revelando que torcedores organizaram piquetes de greve diante do Maracanã para protestar contra o aumento dos preços das entradas.

AUSTERIDADE CLÁSSICA

Esse ceticismo alcança também os meios financeiros europeus e órgãos de imprensa especializados em economia, entre eles, o *Les Echos*. De uma maneira geral, todos estão con-

vencidos que "a economia brasileira volta a uma austeridade clássica" bem a gosto da comunidade bancária internacional. Os números em matéria de crescimento econômico anunciados pelo novo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, 3% ao invés de 7% de seu antecessor, estão na linha do que prega o Fundo Monetário Internacional. Constata-se também uma mudança de comportamento, pois enquanto Dilson Funaro negava-se a receber em Brasília funcionários do FMI, essa foi uma das primeiras providências de Bresser Pereira. Para os analistas europeus, "tudo indica que o novo ministro da Fazenda parece estar virando uma página da história econômica do Brasil". Outra meta considerada irreal anunciada pelo novo ministro da Fazenda é a que diz respeito a um superávit comercial de oito bilhões de dólares no final do ano mas que dificilmente será alcançada. Os experts europeus consideram que, no máximo, o Brasil terá um superávit, entre cinco e seis bilhões de dólares no final deste ano. Isso por razões que independem da sua vontade, citando, entre outras, o aumento do protecionismo nos países ricos.